DOI: 10.5418/RA2013.0911. 0005

CONTRUIBUIÇÃO ÀS PESQUISAS EM EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

a contribution to the rural agro ecological researches in extension

José Adolfo Iriam Sturza [1]

Resumo

O artigo faz uma revisão e reflexão sobre contribuições teóricas, conceituais e metodológicas, levantadas à luz da geografia, e aplicadas aos estudos de extensão rural, agricultura familiar e assentamentos rurais. Inicialmente recortamos algumas concepções sobre os estudos de percepção nas diversas ciências e, com mais ênfase, no âmbito da geografia. A seguir, pontuamos a importância da Extensão Rural como um conjunto de atividades e serviços que contribuem para o desenvolvimento rural. Por fim, salientamos a extensão rural agroecológica e sua carência de investigação de ordem qualitativa, notadamente que considere a percepção social dos produtores.

Palavras-chave: Percepção social, Geografia humana, Extensão Rural, Agricultura familiar.

Abstract

The article makes a revision and reflection on theoretical and conceptual contributions, taking into consideration geography, and applied to the studies of rural extension, family farming and rural settlements. Initially, we outlined some conceptions on the studies of perception within geography. Next, we pointed out the importance of Rural Extension as a set of activities and services that contribute to rural development. Finally, we emphasize the rural agro ecological extension and its lack of investigation of qualitative order, notably which considers the social perception of the producers.

Key words: Social perception, Human geography, Rural extension, Family farming.

Resumen

El siguiente artículo realiza una revisión y reflexión sobre los aportes teóricos y conceptuales, levantados en el ámbito de la geografía, y aplicados a los estudios de extensión rural, agricultura familiares y asentamientos rurales. Inicialmente recortamos algunas concepciones acerca de los estudios de percepción en el ámbito de la geografía. A continuación, destacamos la importancia de la Extensión Rural como un conjunto de actividades y servicios que contribuyen al desarrollo rural. Por último, destacamos la extensión rural agroecológica y la carencia de una investigación de orden cualitativo, particularmente que considere la percepción social de los productores.

Palabras clave: Percepción social, Geografía humana, Extensión Rural, Agricultura familiar.

(1) Prof. Dr. da Universidade Federal de Mato Grosso - Rodovia MT-070 - km 06, CEP: 78735800 - Rondonopolis (MT), Brasil. Tel: (+ 55 66) 34104020 - jasturzaroo@gmail.com

ISSN 1679-768 X © 2003, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Todos os direitos reservados.

INTRODUÇÃO

A agricultura mundial passa por discussões acirradas no tocante a produção de alimentos, uso de agrotóxicos, empobrecimento de solos, cultivos transgênicos, enfim uma polêmica bastante aguçada que questiona e atrai a comunidade científica no mundo todo. Nesta polêmica afloram duas certezas, uma que a agricultura é responsável pela alimentação de um planeta cada vez mais populoso e a outra, a da insustentabilidade ambiental se mantidos os níveis atuais de uso dos recursos naturais para produzir alimentos. A agricultura não só contribui para o crescimento econômico global, mas também constitui grande fonte de subsistência e mola propulsora para que os países possam gerir os recursos naturais e o meio ambiente.

A agricultura familiar brasileira é responsável, em grande parte pela produção de alimentos consumidos pela população, diversidade de cultivos, maior produtividade de vários segmentos e maior número de empregos que o agronegócio. No Brasil a agricultura familiar absorvia 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), em 2006 (IBGE, 2009). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de 2008, o país tinha uma população de 10,5 milhões de pessoas ocupadas na agricultura e 27,8 milhões com domicílio rural para uma população total de 186,9 milhões de pessoas. De um total de 7,3 milhões de famílias com domicílio rural, 2,9 milhões se encontravam em situação de pobreza. De uma população rural de 26,2 milhões de pessoas, 12,2 milhões pertenciam a famílias em condição de pobreza em 2008. (BUANAIN, DEDECCA E NEDER, 2010).

No Brasil assistimos o embate atual entre os defensores da proibição dos transgênicos e pulverização aérea e os grandes agricultores que sustentam a continuidade destas práticas, tendo como bandeira a necessidade de alimentos. Acima destas disputas políticas de grupos, a agricultura necessita passar por mudanças para se tornar uma atividade mais eficiente, ecológica, socialmente justa, portanto, sustentável. Para tanto, a produção agrícola e as relações entre a terra e o produtor precisam ser analisadas como relações espaciais, isto é, também como espaço geográfico.

Sabemos que a aceleração dos tempos e a compressão espacial (HARVEY, 1999) do mundo pós-moderno restringe as relações entre a pessoa e o ambiente geralmente a uma dimensão analítica utilitarista e pragmática. Isto tem provocado uma avaliação parcial e pouco valorativa dos recursos naturais (SANTOS, 2000) e o desconhecimento das potencialidades sociais e ambientais, pois a racionalidade humana exacerbada também é responsável pelo baixo nível de consciência dos fenômenos e fatos. A produção no campo denota estas posturas que são típicas do produtor que requer o lucro rápido e não avalia os custos ambientais, degradando o ambiente em que produz, sem princípios agroecológicos de produção.

A crise não pode ser suficientemente analisada por uma simples polaridade analítica e metodológica (FOLADORI E TAKS, 2004) fundamentada pelo relativismo cultural e a planificação tecnocrática. É necessário incorporar novos olhares disciplinares, especialmente aqueles ligados à geografia e à psicologia, ciências estas imprescindíveis no conhecimento mais aprofundado das complexas relações entre homem e ambiente.

Desde os tempos mais remotos o homem precisa do espaço para habitar e tirar os recursos necessários a sua sobrevivência. Ao viver em grupo a necessidade de espaço – território – tornou-se maior e imposta pelo aumento populacional. No transcurso da civilização surgiu o homo economicus ávido e inescrupuloso na apropriação do espaço ancorado, na maioria das vezes, por grupos empresariais, projetos do poder público e interesses políticos. Assim, o espaço apropriado tornou-se território, uma categoria geográfica exaustivamente analisada que já não consegue satisfazer os diagnósticos e análises espaciais sem integrar o espaço vivido, isto é, o lugar.

Nas ideias de Souza (1995) o território é fundamentalmente um espaço criado a partir das relações de poder que ignora as características geoecológicas, os recursos naturais e as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o meio ambiente. Ele refere-se ao espaço econômico-

-produtivo, discutido enfaticamente em tempos de territorialidades e redes e mostra-se como foco de convergências e divergências conceituais, teóricas e metodológicas retratando a complexidade e a dialética de sua natureza. A esta complexidade devemos somar o espaço vivenciado que guarda informações importantes, pois:

> [...] as imagens mentais que o homem capta do espaço que o envolve podem fornecer uma chave explicativa para algumas das estruturas, padrões e processos do trabalho do homem na face da terra. (GOULD (1966) apud JOHNSTON (1986, p. 184)).

Os conceitos de território e de lugar ainda são pouco aplicados nos estudos geográficos em assentamentos rurais, pois predomina uma abordagem mais descritiva com uma visão economicista e agraria. O conceito território, mais explorado, restringe-se à dimensão produtiva e política local e regional dos assentamentos (SANTOS e SILVEIRA, 2001; SAQUET, 2010; HAESBAERT, 2004; FERNANDES, 2008). A dimensão do espaço vivido nos assentamentos não é tão explorada pela geografia e pode auxiliar na mudança de comportamentos e atitudes das pessoas, se aplicado junto aos estudos de percepção e geografia humanista. Trabalhos como os de Tuan (1980 e 1982), Machado (1988), Holzer (1997), Carlos (1996) e Sturza (2005) podem ajudar na investigação do lugar e outros conceitos correlatos (topofobia, topofilia e topocídio), aplicado aos assentamentos rurais. Alguns trabalhos de outras ciências já analisaram a percepção ambiental em assentamentos rurais (MANCIO, 2005 e CARDOSO, 2008).

A agricultura é uma pratica produtiva extremamente dependente das condições ambientais e também carregada de valores e percepções sociais. Dessa forma, o sistema ambiental e o sistema social compreendem o paradigma da coevolução socioambiental, que se encontram inter-relacionados e agindo dialeticamente, um sobre o outro (NORGAARD e SIKOR, 2002). As ciências agrárias têm privilegiado ainda o paradigma científico reducionista que não consegue explicar com profundidade e extensão, todos os processos e relações entre a sociedade e a natureza, principalmente a percepção social dos produtores.

Neste sentido, o texto em curso apresenta algumas concepções teóricas e conceituais sobre os estudos de percepção, advindos da geografia, que podem potencializar novas abordagens em pesquisas da agricultura familiar, extensão rural e assentamentos rurais.

A PERCEPÇÃO GEOGRÁFICA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

A percepção vem sendo investigada por um mosaico de pontos de vista e correntes científicas, desde os filósofos pré-socráticos até os mais modernos trabalhos da Teoria da Arte, Neuropsicologia, Semiótica, Psicoecologia, entre outros. Hoje não se admite que o nosso universo perceptivo resulte do simples encontro entre um cérebro simples e as propriedades físicas de um estímulo (ambiente), pois o cérebro processa as informações do momento, associadas às experiências anteriores. Neste caminho, não é possível eliminar a estreita relação entre pensamento e percepção, pois não parece existir nenhum processo do pensar que, pelo menos no princípio, não opere na percepção. (ARNHEIM, 1985).

Ballone (1999) entende que o termo percepção:

> [...] designa o ato pelo qual tomamos conhecimento de um objeto do meio exterior. A maior parte das nossas percepções conscientes provém do meio externo, pois as sensações dos órgãos internos não são conscientes na maioria das vezes e desempenham papel limitado na elaboração do conhecimento do mundo. Trata-se, a percepção, da apreensão de uma situação objetiva baseada em sensações, acompanhada de representação e frequentemente de juízos.

A moderna psicologia da percepção considera percepção:

> [...] um processo ativo da busca correspondente informação, distinção das características essenciais de um objeto, comparação das características entre si, criação de uma hipótese apropriada e, depois, comparação desta hipótese como os dados originais. (LURIA, 1979)

A percepção foi estudada em importantes trabalhos vindos da chamada geografia humanística como é o caso de Tuan (1980 e 1983), Gibson (1950), Machado (1988) e Del Rio e Oliveira (1999), entre outros, que contribuíram na investigação da percepção do meio ambiente, da paisagem e do lugar. Esta corrente geográfica foi iniciada no Brasil por um grupo de professores da UNESP, em Rio Claro – SP, tendo na vanguarda Lívia de Oliveira que discute o meio ambiente sob a luz da subjetividade, experiência e o simbolismo que traduzem a cultura e a individualidade na sua essência dentro da geografia humanista.

Oliveira (2000) reúne as ideias básicas de Piaget, Gibson e Tuan salientando a importância de cada um nos estudos de percepção da paisagem geográfica. Destaca a teoria piagetiana, da qual é seguidora, caracterizando os fundamentos e processos implicados na relação entre percepção e inteligência dentro do desenvolvimento mental concebido por Piaget. A contribuição de Gibson refere-se ao campo visual ou cena onde ocorrem dois processos de percepção: a percepção do mundo espacial (cores, superfícies, bordas, formas e interstícios) e a percepção do mundo das coisas úteis e significativas, objetos, lugares, sinais e símbolos. Quanto a Tuan, a autora destaca-o como um sintetizador espacial tendo por base a experiência que proporciona os sentimentos e ideias da pessoa na sua relação com o ambiente.

Del Rio (1999) entende que a percepção "é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e, principalmente, cognitivos". Portanto, a mente exerce parte ativa no ambiente percebido, pois os esquemas perceptivos, as imagens mentais e a conduta são organizados pela cognição em níveis etários e de elaboração mental como explica a teoria psicogenética da construção do espaço.

Para Lynch (1997, p. 14) precisamos aprofundar e ampliar nossa percepção do ambiente para "... dar continuidade ao longo desenvolvimento biológico e cultural que avançou dos sentidos táteis para sentidos mais distantes e deste para a comunicação simbólica". O autor observa que o nosso mecanismo perceptivo é adaptável e que cada grupo humano consegue distinguir as partes de sua paisagem, perceber e conferir significado aos detalhes significantes.

A percepção do meio ambiente pressupõe, nas ideias de Telford e Sawrey (1980), que:

> [...] a soma total das nossas experiências perceptivas participa do desenvolvimento e da organização da nossa personalidade, cuja natureza e a configuração, por seu turno, exercem profunda influência sobre os processos perceptivos. (p. 205)

Os estudos de percepção permitem entender o homem moderno com o permanente desejo de dominar a natureza, aprisionado a conceitos e símbolos que o conduzem ao isolacionismo e desumanização das relações. Entretanto somos suas vítimas na proporção em que não aprendemos a nos dominar a nós mesmos. (JUNG, 1992). Para o autor, a percepção que temos do ambiente está confinada aos "arquétipos" brasileiros emergidos de uma sociedade patriarcal que ainda sonha e vivencia o divertimento, a tranquilidade, "o país do futuro", modismos estes que impedem a construção de uma identidade coletiva e individual. A conjuntura histórica e cultural deve ser esfacelada e avaliada pelos esquemas e filtros perceptivos para que se possa construir uma nova configuração ambiental e uma nova consciência cidadã e pessoal.

Sturza (2002) comenta que a percepção do meio ambiente caracteriza-se como:

> [...] um processo dialético que absorve interativamente sujeito (homem) e objeto (ambiente), portanto é filtro ou espelho privilegiado para a análise das relações entre sociedade e meio ambiente e das interfaces objetivas e subjetivas, expressas e obscurecidas entre a globalização e a individualidade. (p. 12)

O processo de percepção está fundado na observação seletiva, ou seja, na escolha de alguns elementos em desfavor de outros. A percepção e a análise das paisagens possibilitam uma visão crítica do homem em seu ambiente e do espaço construído pelo homem na interface da globalização e da individualidade. (STURZA, 1999) A percepção é um processo dialético que absorve sujeito (homem) e objeto (lugar), filtrando as relações entre ambos, e as interfaces objetivas e subjetivas, expressas ou obscurecidas, entre a globalização e a individualidade. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e grupos sociais são elementos importantes na constituição do saber geográfico enquanto a produção do espaço geográfico e da paisagem se faz a partir do imaginário social. (STURZA, 2005)

As pesquisas no campo da percepção e cognição em geografia investigam as aspirações, decisões e ações individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem – lugares e paisagens – e devem ser avaliadas sob a análise criteriosa das preferências, percepções, atitudes, valores e imagens elaborados pela mente humana. Os conceitos lugar e seus correlatos, topofilia, topofobia e topocídio e não-lugar, adquirem grande importância na discussão e tomada de consciência para um novo padrão de relacionamento entre o homem e lugar. É este último o verdadeiro palco das paixões humanas que, por meio da ação comunicativa, "são responsáveis pelas diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade". (SANTOS, 1996, p. 258)

Alguns conceitos geográficos mostram-se adequados à investigação da temática ligada aos estudos de assentamentos rurais e à Extensão Rural. A paisagem é um conceito integrador já explorado por alguns autores (BERTRAND, 1971 e STURZA, 1999). Os estudos de percepção na geografia podem contribuir na pesquisa e ensino em extensão rural, principalmente na discussão de conceitos como: lugar (TUAN, 1980 e STURZA, 2005) e topocídio do cerrado (STURZA, 2010). As relações entre território, lugar e identidade devem ser analisadas, especialmente hoje quando se discute a identidade territorial e indicações geográficas. A pesquisa geográfica tem muito a colaborar na discussão do desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e assentamentos rurais.

Diferentes concepções de paisagem podem ser encontradas. Numa visão de conjunto ela é uma "combinação dinâmica, dialética e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos" (BERTRAND, 1971, p.02). Também pode ser um conjunto de elementos do domínio natural, humano, social ou econômico articulado (CHRISTOFOLETTI, 1982). Sob a luz do estruturalismo é o "resultado da interação entre a estrutura geoecológica e a estrutura socioeconômica" (VILÀS, 1992, p. 137). Numa visão dialética é o "campo de batalhas de processos econômicos, sociais e biológicos contraditórios que resultam na deteriorização paisagística" (LEITE, 1994, p. 94).

Sturza (1999) entende que paisagem é conceito operacional, pois conjuga "elementos naturais e tecnificados, socioeconômicos e culturais", conceito esse que permite uma dimensão analítica do espaço. A análise das "inter-relações básicas entre os elementos naturais e socioeconômicos da paisagem possibilitam um diagnóstico das condições naturais do potencial ecológico e exploração biológica" (STURZA, 1999. p. 96), bem como a avaliação das interferências da ação antrópica sobre ela. Os reflexos dos modos de produção estão incrustados na paisagem, evidenciados em suas formas, espaços, tempos e lugares distintos.

A paisagem é constituída de lugares que incorporam a experiência e aspirações das pessoas; lugares que se tornaram centros de significado e símbolos que expressam pensamentos, ideias e emoções. A paisagem não mostra apenas como o mundo é, mas também é construção deste mundo. (NOGUÉ, 2011)

O lugar é outro conceito geográfico importante para o entendimento da própria paisagem e do espaço. Bachelard (2000), privilegiando a matriz fenomenológica, salienta que a "alma ou espírito do lugar" está oculto no espaço vivenciado e que para conhecê-la é necessário perceber e avaliar as atitudes da sociedade em relação ao meio ambiente. Somente esta atividade perceptiva poderá mostrar ao homem o sentido de lugar e contribuir para a construção deste. Assim, torna-se evidente a importância do conhecimento da maneira como a sociedade percebe o meio ambiente para qualquer entendimento que se almeje sobre a construção do lugar.

A manutenção de valores comuns e das práticas culturais que se perpetuam no cotidiano, depende das relações interpessoais que ocorrem nos lugares e demanda decisões que, em muito diferem de decisões de caráter em uma macroescala. Harvey (1999) acredita ser extremamente relevante o contexto de lugar e a ação, os quais não podem ser avaliados a não ser a partir de um caminho particular de análise que vai do lugar ao espaço e volta ao lugar. A análise do lugar identifica uma tensão ou confusão entre definição e experiência, a primeira relacionada às atividades de abstração e cognição e, a segunda, mais ligada à experiência humana de percepção, atitudes e valores, portanto, afetiva e emocional. Lugar sempre foi um conceito-chave discutido no cerne da Geografia, porém sob o espectro de diversas abordagens e olhares específicos que não conseguem mostrar a sua amplitude resultante da multiplicidade de interconexões entre o homem e o ambiente. (STURZA, 2011).

É imprescindível pensar-se a identidade do lugar simultaneamente à reflexão acerca do indivíduo que habita e constrói este lugar, uma vez que a sociedade é produto dos lugares. Para Santos (1999), vive-se uma (re) contextualização das identidades que necessita de um esforço analítico e teórico para compreender as práticas ou comportamentos que conformam tanto as situações sociais como o lugar. A perda de nossa identidade inicia-se com a perda do lugar, esse estreito espaço de afetividades entre a pessoa e a natureza. O lugar resumiu-se (em parte) à nossa casa, em relação à qual nem sabemos embelezar, tratar do lixo, trocar afeto e dialogar com os familiares.

Carlos (1996) considera o lugar a base da reprodução da vida, podendo ser entendido na tríade habitante-identidade-lugar, pois o homem vivencia os lugares na cidade onde habita, locomove-se, trabalha, passeia, reúne-se. Assim, pode-se buscar o entendimento do lugar nas ações mais triviais e familiares por meio da leitura sobre o viver e o habitar onde se descortina o mundo.

Sturza (2002) explana que o modelo econômico produzido pela ordem global impôs um cotidiano de vida no qual o homem preocupa-se apenas em produzir e manter os moldes de produção (reprodução). Para tanto o espaço agrário também é conquistado por meio da técnica, do capital e do trabalho e fica à mercê do capitalismo, adquirindo meramente um valor de mercadoria. O espaço vivido perdeu seu sentido no cotidiano e com ele os lugares são mais desconstruídos do que construídos. O lugar necessita ser (re) significado no bojo de interferências das rápidas mudanças e das interfaces entre globalização e individualidade. O lugar não pode ser apenas produto das relações de produção, resgatando-se as ideias marxistas e de uma visão crítica do espaço, mas sobretudo deve integrar relações sociais de vivência e existência humana.

Numa visão neomarxista, Massey caracteriza no livro Space, place and gender as interferências econômicas, políticas e culturais dos processos mundiais ou globais nos lugares, especialmente a partir das novas tecnologias responsáveis pelas rápidas conexões das redes e pelos fluxos de capital e informação. Todavia, o lugar não pode ser visto como "algo passivo e sítio de nostalgia que se opõe ao progresso e à história" (MASSEY, 1996, p. 235), mas algo que por si mesmo e na vontade individual e coletiva, reconheça sua identidade nos processos e relações internas e com o exterior.

A vivência e a experiência em relação aos lugares geram a atribuição de valores, cujo estudo tem importância vital para os grupos sociais e as ciências de modo geral. Portanto, a vivência e experiência precisam ser conhecidas, não somente as da atualidade, mas também as do passado, apresentadas na memória individual e coletiva dos homens. Lugar e homem constituem duas realidades interconexas e chaves explicativas para o conhecimento de ambos em seus múltiplos aspectos. É na experiência sensível com o lugar que o homem manifesta atitudes, sentimentos e emoções, e este investimento afetivo possibilita o surgimento do sentimento de apego e pertencimento a determinado lugar.

O processo de percepção tem início com a atenção que é um processo de observação seletiva, ou seja, de observações por nós efetuadas. Este processo faz com que nós percebamos alguns elementos em desfavor de outros. A percepção e a análise das paisagens possibilitam uma visão crítica do homem em seu ambiente e do espaço construído pelo homem na interface da globalização e da individualidade (STURZA, 1999).

O espaço produzido representa um espaço territorial resultado das formas produtivas e também das relações sociais. Este espaço pode ser considerado em diferentes escalas como, por exemplo, da propriedade, da comunidade ou associação, do município e região. As características do espaço social são importantes e determinam os níveis de transição agroecológica e o próprio desenvolvimento territorial (propriedade, comunidade, associação, município e região).

No fenômeno da desterritorialização ocorre a perda dos vínculos com o lugar e com as relações nele efetivamente realizadas, devido à mobilidade constante que paira na vida moderna. Já a reterritorialização é um processo mais lento, se considerarmos a complexidade das relações sociais e da criação de uma nova identidade de lugar. Milton Santos, analisando a mobilidade social, enfatiza que:

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. Os homens mudam de lugar (...), mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização. (SANTOS, 1996, p. 262).

Os conceitos acima relacionados podem contribuir nas pesquisas voltadas ao desenvolvimento rural, notadamente em estudos de percepção social dos produtores e serviços de assistência técnica e extensão rural.

EXTENSÃO RURAL: DA PERCEPÇÃO À INOVAÇÃO

A pesquisa e a extensão universitária carregam a carga e a responsabilidade de oferecer o conhecimento básico, teórico, conceitual e metodológico de conteúdos e temas da Extensão Rural. A situação que perdura no âmbito acadêmico (graduação e pós-graduação) contribui para a manutenção do status quo de uma educação mais informal da Extensão Rural, criticada como [...] uma prática educativa assistencialista, interventora e contribuidora para a dominação. (PORTILHO, 1999, p. 04). Assim, alunos e os próprios agricultores "assistidos" nas atividades de Extensão Rural não podem ser considerados sujeitos da/na produção do conhecimento. Freire (1977), na obra clássica Extensão ou comunicação, comenta que o conhecimento [...] reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (p. 27).

No âmbito da Extensão Rural pública tivemos no Brasil várias fases: a primeira chamada "humanismo assistencialista" (RODRIGUES, 1997); a segunda, conhecida como "difusionismo produtivista" sob o paradigma rogeriano (ROGERS, 1995; FERNANDES e BOTELHO, 2006) e a terceira, do "humanismo crítico", fundamentado nas ideias de Paulo Freire. Assim, os serviços de extensão abrangeram desde o atendimento sanitário e saúde rural, passando por um período de produtivismo imposto pela Revolução Verde e pela fase humanista libertadora freiriana.

Segundo Schimitz (2002), no que se refere ao serviço de extensão rural, podemos indicar a existência de seis etapas: modelo clássico (1948-1956); modelo difusionista inovador (1956-1967); modelo de transferência de tecnologia (1968-1978); o "repensar da extensão rural" (1979- 1991) e a fase de discussão e experimentação (a partir de 1996).

hristoplos (2010) apud FAO (2011, p. 01) define extensão de forma mais ampla como:

> [...] los sistemas que han de facilitar el acceso a los agricultores, SUS organizaciones y otros agentes del mercado a conocimientos, tecnologías e información; fomentar su interacción con asociados en la investigación, La enseñanza, la agroindustria y otras instituciones pertinentes; coadyuvar en El diseño de prácticas y habilidades técnicas, de gestión y organización. (CHRISTOPLOS, 2010 apud FAO, 2011, p. 01).

A Extensão Rural pode ser entendida como o conjunto de sistemas e serviços empregados para que se alcance o desenvolvimento rural, através de um fortalecimento das competências nas áreas produtivo-alimentares, econômica e socioambiental (FAO, 2011). A combinação clássica

de transferência e informação, experimentação e assistência técnica deve incorporar o processo comunicacional não apenas valorizando as tecnologias de informação e comunicação (TICs), mas o campo subjetivo, imaginário e ideário humano. O espaço social é ainda pouco explorado pelos profissionais das ciências sociais e humanas (ex. geógrafos) e sociais aplicadas (ex. assistente social e psicólogo) e que devem integrar os estudos em e de Extensão Rural.

De acordo com Anjos (2003), o espaço rural tornou-se pluriativo, de modo que as famílias combinam usualmente rendas agrícolas e nãoagrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das propriedades agrícolas. Esse mecanismo de adaptação das explorações familiares, segundo o autor, demonstra a crescente dificuldade de reprodução no marco estrito e exclusivo da atividade agrícola e das rendas que esta permite obter. Por outro lado, a pluriatividade demarca uma nova concepção do rural, configurando-o não mais num espaço exclusivamente agrário (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI & CAMPANHOLA, 2002).

A complexidade do rural no Brasil exige uma extensão rural que contemple as peculiaredades técnicas (o espaço tecnológico), ambientais (o espaço natural, principalmente solo e água) e socioculturais (o espaço vivido). Apesar da participação de diversos profissionais na extensão rural, a mudança de atitudes e adoção de novas tecnologias por parte do produtor é algo desafiante. As ciências humanas e sociais podem contribuir ainda mais com as mudanças no meio rural brasileiro que está sujeito às pressões exigidas pela demanda de alimentos, melhor qualidade de vida e racionalidade ambiental para que os recursos naturais sejam adequadamente explorados e sustentáveis. (LEFF, 2001)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) preconiza uma prática extensionista que seja descentralizada e apoiada por um modelo agronômico emergente denominado agroecológico (CAPORAL E COSTABEBER, 2007). A Extensão Rural Agroecológica é definida como:

> [...] o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente eqüitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo. (CAPORAL E COSTABEBER, 2000, p.33).

A extensão rural agroecológica necessita da inter- e multidisciplinaridade e do diálogo de saberes para a construção de um conhecimento capaz de satisfazer as grandes demandas do campo, da produção e, principalmente, do agricultor que é o centro do processo. Durante muito tempo pensou-se que apenas a produção é o centro das atenções na extensão rural, negligenciando-se o agricultor, especialmente no contexto psicológico. Hoje, mais do que nunca é exigida uma função mediadora na articulação entre o agricultor e o extensionista. Nesta função de mediação existem determinantes que motivam e orientam o indivíduo para sua inserção na trama social do desenvolvimento. O indivíduo é agente de vários campos de atividade, portador de interesses particulares situados socialmente, que o conduzem a se posicionar estrategicamente. Para Simões (2004):

> [...] a prática da mediação pode ser também entendida como a faculdade de desenvolver nos atores a capacidade de questionar suas práticas e ações cotidianas e de refletirem sobre suas próprias experiências no momento em que elas mesmas se elaboram, visando construir novas representações e assim produzir e ser responsável pelas suas próprias histórias, de colocar suas existências como condição de historicidade (p. 3).

A extensão rural exige novas concepções metodológicas, sem desprezar as inúmeras metodologias existentes, mas para isso é necessário um novo olhar, um novo arranjo dos métodos e técnicas já consolidadas. Sem uma nova percepção não há inovação. Segundo o Banco Mundial apud Kelles – Viitanen (2005) um sistema de inovação agrícola compreende o fluxo de conhecimento e colaboração, experimentação e implementação, capacidade de adaptação e adoção de inovações e oferta efetiva de conhecimentos. Todavia o processo de inovação tecnológica seguiu sempre o caminho pesquisa – conhecimento – transferência – adoção – difusão. (ISON e RUSSELL, 2000, p. 19). Na reestruturação de uma extensão rural pública e de qualidade será importante a contribuição científica para a pesquisa, inovação e desenvolvimento de outras ciências e profissionais.

A pesquisa qualitativa preenche uma lacuna deixada pela pesquisa convencional, que não consegue abarcar as informações cognitivas, afetivas, emocionais e simbólicas oriundas da rica experiência entre a pessoa e o lugar. Essa experiência deve ser avaliada sob a análise das preferências, percepções, atitudes, valores e imagens, cujas informações potencializam as discussões e a tomada de consciência para uma nova conduta na interação entre o homem e seu mundo vivido. (STURZA, 2006).

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), como instrumento metodológico de extensão rural, tem sido a principal ferramenta utilizada no trabalho de planejamento das atividades. Consiste em um processo intensivo, sistemático e semiestruturado, realizado por uma equipe de animadores na comunidade rural. Os métodos participativos evitam a imposição externa de valores e medidas atribuída aos demais enfoques, por meio do envolvimento direto das pessoas na conceituação e medida da sua própria condição. Na origem desses métodos está a chamada "avaliação rural participativa" definida como um conjunto de abordagens e métodos que permitem as pessoas do local compartilhar, fortalecer e analisar seu conhecimento da vida e das condições para planejar e agir. (CHAMBERS, 1994)

Neste caminho a Extensão Rural poder ser mais eficaz, a partir da aplicação dos conceitos geográficos território e lugar, pois eles contemplam uma análise e interpretação do espaço agrário produzido e espaço agrário vivido e dimensões próprias das relações entre homem e ambiente.

A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo "pedaço" de terra em que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação (valores simbólicos). Nestes sistemas de organização familiar, "a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família" (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994, p. 61)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia e os estudos de percepção podem auxiliar nas atividades e serviços de Extensão Rural especialmente na nova proposta da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), pois a visão territorial e relações afetivas e vivenciais entre o produtor rural e o ambiente são aspectos importantes na análise do desenvolvimento rural.

O conceito paisagem possibilita uma visão integradora dos componentes físico-naturais, biológicos, antrópicos e econômicos. A degradação ambiental e social dos assentamentos rurais pode ser mais bem analisada quando aplicado o conceito paisagem e propiciar melhor gestão dos recursos naturais e capital social.

O conceito lugar resgata as relações íntimas e de afetividade que possibilitam a criação da identidade do lugar, um novo enraizamento da pessoa no assentamento e de valorização dos recursos naturais e culturais. Através de entrevistas e metodologia participativas o lugar pode ser explorado na percepção, experiência e cognição dos assentados e conduz a produção de sentidos, significados,

emoções, sentimentos, atitudes e outras informações que harmoniza as relações entre a pessoa e o ambiente dentro dos assentamentos.

A extensão rural agroecológica será concretizada a partir de uma análise mais profunda e de pertencimento entre homem e ambiente, condição sine qua non para a real valorização da vida do produtor rural e dos outros seres vivos. Os conceitos geográficos analisados no texto compreendem estes aspectos fundamentais para a vida no meio rural.

Os estudos de percepção, sob o olhar geográfico, constituem importante ferramenta para conhecimento das percepções, opiniões e valores dos produtores rurais e as relações destes com o ambiente e a atividade agrícola.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Vol. 20, N. 1, p. 11-44. 2003.

ARNHEIM, R. **El pensamiento visual**. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1985.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BALLONE, G. J. Percepção – in: P**siqweb Psiquiatria Geral**, Internet, 1999. Disponível em http://www.psiqweb.med.br/cursos/percep.html. Acesso em: 20 de setembro de 2002.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global - esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo n. 13, 1971.

BERTRAND, G. Le geósystéme ou "systéme territorial naturel. **Revue Geógraphique des Pyrénées et du Sudouet**, Toulouse 49 (2): 167-180, 1978.

BUANAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. e NEDER, H. D. **Projeto a nova cara da pobreza rural no Brasil**: transformações, perfil e desafios para as políticas públicas. IICA, 2010. Disponível em http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/290/Antonio%20M%C3%A1rcio%20Buainain%20-.pdf. Acesso: 10 set. 2012.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007. 166p.

CARDOSO, J. H. **Aroeira, cultura e agricultura**: reflexões que embasam a necessidade de uma educação ambiental rural para uma percepção social agroecológica. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008.

CARLOS, Ana F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, Elsevier, vol. 22(7), Julho, 1994, pp. 953-969.

CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. de. (org.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1999.

FAO. **Buenas prácticas em el manejo de extensión em America Central**. Roma, 2011. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/014/i2355s/i2355s00.pdf>. Acesso: 20 mar. 2012.

FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, R. A. e BOTELHO, M. I. A Reestruturação da Extensão Rural: da tecnologia à valorização dos vínculos. In: AMODEU, N. e ALIMONDA, H. (org). **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**. Viçosa: Ed.UFV, 2006.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, out. 2004.

GIBSON, J. J. **The perception of visual world**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1950.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. & CAMPANHOLA, C. O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 19 (1), pp. 37-67. 2002.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" á multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 8º ed., São Paulo: Loyola, 1999.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, jul./ dez. 1997.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: **Agricultura Familiar** – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

ISON, R. L. e RUSSELL, D. B. **Agricultural extension and rural development**: breaking out of tradictions. 2000. Disponível em <http://digitalcorpora.org/corp/nps/files/govdocs1/029/029694.pdf>. Acesso: 20 mar. 2012.

JOHNSTON, R. J. A geografia comportamental e as alternativas em relação ao positivismo. In: AMORIM FOLHO, O. B. **Geografia e Geógrafos**: a Geografia Humana Anglo Americana desde 1945. São Paulo: Difel, p.175-222, 1986.

KELLES-VIITANEN, A. New Challenges and Opportunities for Rural Development. **IFAD Workshop What are Innovation Challenges for Rural Development**. Rome, 15 a 17 de Novembro 2005. Disponível em <http://193.194.138.127/innovation/presentations/newopp.pdf>. Acesso: 20 mar. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: FADESP/HUCITEC, 1994.

LURIA, A . R. **El cérebro em acción**. Barcelona, Editorial Fontanella, 1979.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, L. M. C. P. **A Serra do Mar Paulista**: um estudo de paisagem valorizada. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1988.

MANCIO, D. **Percepção ambiental e construção do conhecimento de solos em assentamento de Reforma Agrária**. Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2005.152p. (Tese de Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas).

MASSEY, D. **Space, place and Garder**. Cambridge: Politic Press, 1996.

NOGUÉ, J. Paisaje, territorio y sociedad civil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, pp. 3-12, jan./jul. 2011.

NORGAARD, R.; SIKOR, T. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

PORTILHO, M.S.B. Extensão Rural: História e Prática Educativa Informal. **Educação & Filosofia**. V.13, nº. 26, p.129-140, Uberlândia, 1999.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de Políticas Públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 4. ed. New York: The Free Press, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**. 6ª ed., São Paulo, Cortez Editora, 1999.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000.

SANTOS. M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/territorios-da-prostituicao-um-caminho-intrinseco/73605/#ixzz2h9XDppJ0. Acesso: 15 fevereiro 2013.

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para agricultura familiar In: LOPES, E. S. A. (Org.). **Ensaios desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa tabuleiros costeiros/

UFES, 2002.

SIMÕES, A. Ensaio acerca da construção de novas competências para a assistência técnica e extensão rural (ATER): do agente ao mediador de desenvolvimento. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., Aracaju, 2004, **Anais...** Aracaju: SBSP, 2004. (Cd-Rom).

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116

STURZA, J. A. I. **Paisagem e organização espacial na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Ponte de Pedra – MT**. Presidente Prudente: FCT/UNESP. (Dissertação de Mestrado), 1999.

STURZA, J. A. I. Percepção da Paisagem em Rondonópolis-MT Sob o Prisma da Globalização e da Individualidade. XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais...** João Pessoa, 2002. (CD-Rom).

STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT**: um estudo de cognição ambiental. 2005. 163 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.

STURZA, J. A. I. Waldemar Maciel Correa Santos. (Org.). **Produção do Espaço e Transformações Socioambientais das Paisagens do Mato Grosso**. Cuiabá: EDUFMT, 2010, v. 1, p. 13-36.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não Lugar em Rondonópolis, MT**: Um estudo de Cognição Ambiental. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IGCE, Rio Claro, 2005, 163 p.

STURZA, J. A. I. O sentido de lugar em Rondonópolis-MT e o topocídio do cerrado: uma contribuição aos estudos de cognição ambiental. In: GERARDI, Lucia H. e CARVALHO, Pompeu F. **Geografia**: ações e reflexões. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006. pp. 341-358.

TELFORD, C. W. e SAWREY, J. **Psicologia**: uma introdução aos princípios do comportamento. 5a. ed, Cultrix, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILÀS, J. R. "Análisis y diagnosis".In: BOLÓS, M. de (org.). **Manual del paisaje**: teoría, me todos y aplicaciones. Barcelona: Masson S.A., 1992, p. 135-153.

Trabalho enviado em dezembro de 2012
Trabalho aceito em janeiro de 2012